CULTURA**Direção-Geral do Património Cultural****Aviso (extrato) n.º 5317/2017****Cessação de funções por motivo de reforma da assistente operacional, Dolores Ribeiro Machadinho Rocha**

Ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que Dolores Ribeiro Machadinho Rocha, assistente operacional da carreira de assistente operacional, do mapa de pessoal da Direção-Geral do Património Cultural cessou funções por motivo de reforma da Segurança Social em 23 de março de 2017, por limite de idade.

19 de abril de 2017. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Baptista*.

310449473

Aviso (extrato) n.º 5318/2017**Rescisão do Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Incerto, por parte de Paulo Samuel Churro Silvestre**

Ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que Paulo Samuel Churro Silvestre, assistente técnico do Senhor Subdiretor-Geral, Mestre David Manuel Gargalo dos Santos, a quem delego todos os poderes inerentes ao cargo de Diretor-Geral da Direção-Geral do Património Cultural, cessa funções a seu pedido com efeitos a 1 de maio de 2017, no Palácio Nacional da Ajuda por motivo de denúncia do contrato.

19 de abril de 2017. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Baptista*.

310449449

Despacho n.º 4117/2017

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 42.º e ao abrigo dos artigos 44.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e pelo n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, designo para me substituir durante as minhas férias, dia 24 de abril, o Senhor Subdiretor-Geral, Mestre David Manuel Gargalo dos Santos, a quem delego todos os poderes inerentes ao cargo de Diretor-Geral da Direção-Geral do Património Cultural.

19 de abril de 2017. — A Diretora-Geral do Património Cultural, *Paula Araújo da Silva*.

310449554

EDUCAÇÃO**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 4118/2017**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de Adjunta no meu Gabinete a mestre Rita Cláudia Oliveira Roque, com efeitos a 1 de abril de 2017.

2 — Nos termos da alínea *a*) do artigo 16.º do referido decreto-lei, da presente designação resulta a cessação das funções, com efeitos a 31 de março de 2017, da ora designada enquanto Técnica Especialista do meu Gabinete, para as quais a ora designada foi nomeada pelo meu Despacho n.º 2305/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 32 de 16 de fevereiro de 2016.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º, também do mencionado decreto-lei, a nota curricular da ora designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

20 de abril de 2017. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*.

Nota Curricular

Nome: Rita Cláudia Oliveira Roque

Data de Nascimento: 18 de novembro de 1981.

Formação académica:

Grau de mestre em Informação e Jornalismo, pela Universidade do Minho, ano letivo de 2008/2009.

Licenciada em Comunicação Social, pela Universidade do Minho — 1999/2004.

Experiência profissional:

Técnica Especialista no Gabinete do Ministro da Educação, entre 7 de dezembro de 2015 e 31 de março de 2017.

Jornalista (reportagem e edição de noticiários) e Produtora na rádio Antena 1, do grupo RTP — Rádio e Televisão de Portugal — onde fez também algumas reportagens e diretos para televisão.

Autora de várias «grandes reportagens» de rádio; repórter em todas as campanhas eleitorais de 2005 a 2014; produziu boa parte das emissões especiais da rádio pública entre 2012 e 2015.

Na comunicação social começou cedo, aos 16 anos, com a colaboração no jornal local *O Povo de Fafe*. Dois anos depois, e até ao final da licenciatura, foi colaboradora na empresa do «Jornal Correio de Fafe», proprietária do jornal com o mesmo nome, no qual era redatora, e da RCF — Rádio Club de Fafe, onde fez edição de notícias e assinou vários programas de autor.

Outras experiências relevantes:

Foi dirigente associativa, na Associação Académica da Universidade do Minho. Foi autora do programa semanal, «Frequência Académica», sobre assuntos académicos, na RUM — Rádio Universitária do Minho. Foi diretora da revista de assuntos académicos *Gata*.

310449651

Despacho n.º 4119/2017

1 — Nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego, com faculdade de subdelegação, no Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P., a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito da contratação de eletricidade em regime de mercado livre, que me é conferida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2017, de 19 de abril.

2 — O presente despacho produz efeitos a 20 de abril de 2017.

20 de abril de 2017. — O Ministro da Educação, *Tiago Brandão Rodrigues*.

310449619

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares**Agrupamento de Escolas Álvaro Coutinho - o Magriço, Penedono****Aviso n.º 5319/2017**

O Agrupamento de Escolas Álvaro Coutinho — o Magriço, torna público que se encontra afixada na escola sede do agrupamento e na página eletrónica www.aepenedono.blogspot.pt, a homologação da lista de ordenação final do concurso aberto pelo aviso n.º 3270/2017, de 29 de março.

20 de abril de 2017. — O Diretor, *Paulo José Pinheiro Teixeira*.

310450193

Agrupamento de Escolas de Canelas, Vila Nova de Gaia**Aviso n.º 5320/2017****Abertura de procedimento concursal prévio à eleição do(a) diretor(a) do Agrupamento de Escolas de Canelas, Vila Nova de Gaia**

Nos termos do disposto nos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e demais legislação aplicável, torna-se público que se encontra aberto o procedimento concursal prévio à eleição do(a) Diretor(a) do Agrupamento de Escolas de Canelas, Vila Nova de Gaia, pelo prazo de

dez dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série.

1 — Os requisitos de admissão ao concurso são os fixados nos n.ºs 3, 4 e 5, do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho e demais legislação aplicável.

2 — A formalização das candidaturas é efetuada obrigatoriamente através da apresentação de um requerimento de candidatura a concurso, em modelo próprio disponibilizado na página eletrónica do agrupamento (agrcanelas.edu.pt) e nos serviços administrativos, dirigido ao Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Canelas, Vila Nova de Gaia, podendo ser entregues, pessoalmente, nos serviços administrativos da escola-sede do Agrupamento [Rua Delfim de Lima, Apartado 512 — 4411-701 Canelas (VNG)], das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h00, ou remetido pelo correio registado com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado para as candidaturas.

3 — O requerimento de candidatura a concurso, nos termos do artigo 22.º-A, do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e demais legislação aplicável, deverá ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum Vitae*, detalhado, datado, assinado e atualizado, onde constem, respetivamente, as funções que tem exercido, a formação profissional que possui, devidamente comprovada sob pena de não ser considerada, com exceção daqueles documentos que se encontrem arquivados no respetivo processo individual no Agrupamento de Escolas de Canelas, Vila Nova de Gaia;

b) Projeto de Intervenção para o Agrupamento de Escolas de Canelas, Vila Nova de Gaia, em suporte de papel, com páginas numeradas e rubricadas e no final datado e assinado, com conteúdo original, onde o candidato identifica os problemas, define a missão, as metas e as grandes linhas de orientação da ação, bem como a explicitação do plano estratégico a realizar no mandato (limite quinze páginas, corpo de letra *arial*, tamanho da letra 12, margens 2 cm, espaçamento 1,5);

c) Declaração autenticada do serviço de origem, onde conste a categoria, o vínculo e o tempo de serviço;

d) Fotocópia de documento comprovativo das habilitações literárias;

e) Fotocópia dos certificados de formação profissional realizados;

f) Comprovativo do número do documento de identificação (Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade) e do número de identificação fiscal (NIF).

3.1 — Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para apreciação do seu mérito.

4 — O método de seleção é o resultado do estipulado no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho e o estipulado no Regulamento do Procedimento Concursal prévio à eleição do(a) Diretor(a) do Agrupamento de Escolas de Canelas, Vila Nova de Gaia disponível na página eletrónica do Agrupamento e nos serviços administrativos.

5 — A lista dos candidatos admitidos e excluídos a concurso será afixada na Escola Básica e Secundária de Canelas, escola-sede do Agrupamento, no prazo de dez dias úteis após a data limite de apresentação das candidaturas e divulgada, no mesmo prazo, na página eletrónica do Agrupamento, sendo estas as únicas formas de notificação dos candidatos.

20 de abril de 2017. — O Presidente do Conselho Geral, *António Alexandre Reimão de Albuquerque*.

310445852

Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova

Aviso n.º 5321/2017

Nos termos do disposto no artigo 132.º, do Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro (ECD), torna-se público que se encontra afixada no Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova, com sede na Escola Secundária Fernando Namora, a lista de antiguidade do pessoal docente, reportada a 31 de agosto de 2016.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

27 de março de 2017. — A Diretora, *Dr.ª Anabela Rodrigues de Lemos*.

310446565

Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola

Aviso n.º 5322/2017

Abertura de procedimento concursal para o cargo de diretor

Nos termos do disposto nos artigos 21.º e 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e demais legislação aplicável, torna-se público que se encontra aberto o procedimento concursal prévio à eleição do diretor da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

1 — Os requisitos de Admissão ao concurso são os fixados nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e demais legislação aplicável.

2 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante a apresentação de requerimento de candidatura a concurso, em modelo próprio, disponibilizado na página eletrónica da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola, ou nos Serviços Administrativos da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola, dirigido ao Presidente do Conselho Geral da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola, podendo ser entregues pessoalmente nos Serviços Administrativos da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola, em envelope fechado, dentro das horas normais de expediente, contra o respetivo recibo, ou remetido por correio registado com aviso de receção para a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola, Av. António Inácio da Cruz, 7570-185 Grândola, e expedido até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, contendo a seguinte inscrição “Procedimento Concursal prévio recrutamento para diretor da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola, (nome do candidato)”.

3 — O requerimento de candidatura a concurso deverá ser acompanhado da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum Vitae* detalhado, atualizado, datado e assinado;

b) Projeto de Intervenção na Escola (O Projeto de Intervenção não deverá exceder as 20 páginas, tamanho A4, tipo de letra areal, tamanho 12 e espaçamento 1,5);

c) Declaração autenticada do serviço de origem onde conste a categoria, o vínculo e o tempo de serviço do candidato;

d) Fotocópia de documento comprovativo de habilitação específica para funções de Administração, e Gestão Escolar acreditada pelo Conselho Científico/Pedagógico da Formação Contínua;

e) Fotocópia do Bilhete de Identidade e do Número Fiscal Contribuinte ou comprovativo dos dados do Cartão de Cidadão.

3.1 — Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para apreciação do seu mérito.

3.2 — É obrigatória a prova documental dos elementos constantes do currículo, com exceção daqueles que se encontrem arquivados no respetivo processo individual e este se encontre na Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola.

4 — Os métodos a utilizar para a avaliação das candidaturas são os estipulados no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e demais legislação aplicável, que a seguir se apresentam:

a) A análise do *Curriculum Vitae*;

b) A análise do Projeto de Intervenção na Escola;

c) O resultado da Entrevista Individual realizada com o candidato.

5 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos ao concurso para diretor, serão afixadas em local apropriado na Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola, e divulgadas na página eletrónica do mesmo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a data limite de apresentação das candidaturas, sendo esta a única forma de notificação dos candidatos.

5 de maio de 2017. — O Presidente do Conselho Geral, *José Luís Gomes Dias*.

310479013

Agrupamento de Escolas José Silvestre Ribeiro, Idanha-a-Nova

Aviso n.º 5323/2017

Nos termos do disposto nos artigos 21 e 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto